

País usa mal empréstimo

Davida Cruz
CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 12 de março de 1989 11

do Bird e paga caro

SERGIO COSTA
Correspondente

Rio — O Governo brasileiro agravou as dificuldades do País junto ao Banco Mundial (Bird) quando em fevereiro de 1988 criou entraves ao endividamento do setor público e impediu a contratação de empréstimos para saldar as contrapartidas junto ao organismo internacional. Mas o pior foi não ter se utilizado de uma brecha que ele mesmo criou a essa resolução do Banco Central (1469), e que isentava o tipo de operação com o Bird dos limites que se colocou às empresas públicas.

A resolução 1.544 do BC, assinada em dezembro do ano passado, determinou que alguns casos não mais se implicaria à 1469, que fixou o limite de endividamento do setor público aos níveis de 31 de dezembro de 1987 (ou seja, impedindo mais dívidas). Entre esses casos, estão as operações vinculadas a acordos externos firmados junto a organismos internacionais e agências governamentais, “desde que autorizadas pela Comissão de Coordenação Financeira do Ministério da Fazenda (CCF)”.

CRITÉRIOS

Pelo que determinou essa mesma resolução, a autorização da CCF deve pautar-se em análise técnica que observe “o desempenho físico-financeiro do projeto, a disponibilidade real de recursos nas demais fontes de contrapartida, as possibilidades de alongamento, adiamento ou cancelamento do projeto específico e outros aspectos que se mostrem relevantes”. Na prática, como se interpreta entre os técnicos da área econômica, essas condicionantes integram o procedimento normal na análise de qualquer projeto, e a 1.544 é uma forma de fugir ao quadro de dificuldades do País junto ao Bird, em 1988.

O Banco Mundial pode financiar até 50 por cento de um projeto, mas exige que a outra metade seja colocada pelo país até um prazo determinado. Se isto não for cumprido, esse país, como ocorreu com o Brasil em todos esses anos e principalmente em 1988, paga uma “comissão de compromisso” de 0,75 por cento sobre o saldo não desembolsado. Os cálculos preliminares do Banco Central indicam que, com as dificuldades das empresas públicas em conseguir pagar as contrapartidas, o Brasil pagou cerca de 850 milhões de dólares apenas em

amortizações, um recorde nas relações com o Bird.

INFLUÊNCIA

Na verdade, foi a partir de 1984 que o Banco Mundial aumentou sua participação como financiador do País, ocupando o papel antes desempenhado, no início da década, pelo Fundo Monetário Internacional. Ocorre que o Bird financia programas mais de longo prazo, e dessa forma influi também no planejamento brasileiro, enquanto o FMI tinha uma preocupação mais imediatista, ou de “caixa”, mesmo. Isto fica claro, por exemplo, na exigência da realização de licitações internacionais para máquinas, equipamentos ou serviços destinados a “tocar” os programas por ele financiados.

Em 1985, por exemplo, quando o recém-instalado Governo da Nova República negociava um vultoso empréstimo para o Nordeste, deparou-se com a exigência de que o aerolevanteamento fotográfico da região fosse realizado por uma empresa vencedora de uma licitação internacional. A Constituição proibia que uma empresa estrangeira fizesse tal serviço, mas um decreto-lei cuidadosamente elaborado abriu essa brecha, satisfazendo as condicionalidades colocadas pelo organismo.

Para chegar ao ponto de o Brasil se tornar um “exportador” de divisas para o Bird, não são necessárias apenas condições duras de contratos, mas também as tão comuns dificuldades no planejamento de longo prazo no Brasil, e poucas estatais de porte escapam de pagar as comissões de

compromisso, por não cumprir com os prazos de contrapartida. Estados e municípios têm uma situação especial: como muitas obras são contratadas em anos eleitorais, são abandonadas em seguida, e Governo Federal (como avalista) arca com os ônus.

Quando estava fechando seu ano fiscal (que vai de julho de um ano a junho do outro), em fins de maio de 1988, o Banco Mundial tinha aprovado 172 de empréstimos para o Brasil, o que corresponderia a desembolsos de 14,5 bilhões de dólares. Mas as informações dão conta de que, àquela época, apenas 8,9 bilhões de dólares tinham chegado aos projetos pretendidos pelo País ou seja, 40 por cento a menos do que o esperado.

Os técnicos brasileiros que negociaram mais diretamente com comissões do Banco Mundial, nos últimos anos, registram que houve um endurecimento do organismo quando ele passou a ter o papel de principal financiador do desenvolvimento brasileiro, o que se ilustra por episódios como o da licitação internacional para o aerolevanteamento. Mas também é verdade que pouco espaço tiveram, no Governo, para tomar posições mais resistentes às condicionalidades do Bird.

O fato é que houve uma mudança acentuada na troca de equipes dentro do próprio banco. O chamado Departamento do Brasil é hoje dirigido principalmente por economistas de origem indiana, cuja formação econômica é mais ortodoxa que a de seus antecessores, na maioria euro-

peus. O Bird, ano passado, enfatizou que o Brasil teria de se abrir mais ao exterior (privatização), o que se traduz por uma política bem mais neoliberal do que a acenada antes da década de 80.

A única modificação para melhor, nas negociações dos últimos anos, foi dos empréstimos do banco. O período de carência passou de três para cinco anos, dentro dos 15 anos definidos como o prazo dos pagamentos. Ocorre que as cláusulas contratuais determinam outro ponto: se o país comunicar que não poderá cumprir o prazo para saque (e colocação da contrapartida), vai pagar as amortizações não quando fizer esse saque, mais tarde, mas sim antes, como previsto no original. Assim, antes de tirar os recursos já estará pagando taxas.

No Banco Central, não está mais sendo considerada a hipótese de, no curso normal dos acontecimentos, sem uma intervenção das relações entre Brasil e Banco Mundial, o País vai terminar pagando este ano quase 1 bilhão de dólares em amortizações (fora juros e outras taxas). A alternativa seria o País fugir desses empréstimos, que terminam ficando muitas vezes com maior custo que os juros cobrados na dívida externa, por exemplo. Mas ocorre que para os montantes necessários aos projetos não há organismos de crédito privados dispostos a emprestar, e ainda assim o perfil de longo prazo dos investimentos certamente elevaria as condicionalidades também dos bancos privados.

Banqueiros dominam instituição

O Banco Mundial foi criado em dezembro de 1945, meses depois de terminar a II Guerra Mundial, para ajudar a reconstrução das economias devastadas pelo conflito e com outros objetivos desenvolvimentistas. Os cinco maiores acionistas do banco são Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França e Reino Unido, mas o presidente é indicado informalmente pelo governo norte-americano, e sempre com o apoio de sua comunidade financeira — como Alden Clausen, de 1981 a 1986, ex-

presidente do Bank of America.

Os empréstimos do Bird são destinados a seus países-membros, e se dividem em três modalidades principais. O primeiro é o special adjustment loan (SAL), ou empréstimo de ajustamento estrutural, destinado a sanar os problemas de balanço de pagamentos de países que se dispõem a realizar um programa com este perfil. É feito mediante um empréstimo muito semelhante ao stand-by do Fundo Monetário Internacional. O desembolso sai entre 12 e 18

meses, mas exige a apresentação de uma carta de intenção (letter development policy, ou carta política de desenvolvimento).

Também existem os empréstimos setoriais, de caráter mais microeconômico, enquanto o SAL engloba pontos como reforma tarifária, liberalização de importações e política de preços, os setoriais incluem, por exemplo, mudança no sistema de incentivos.

Por último, vem o cofinanciamento, que é normalmente responsável por metade dos desembolsos do Bird.